



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

JECIANE MENDES SILVA

DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: um estudo com
mulheres camponesas do P.A Favela em Mossoró/RN

MOSSORÓ/RN

2023

JECIANE MENDES SILVA

DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: um estudo com mulheres camponesas do P.A Favela em Mossoró/RN

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com Habilitação para a área de Ciências Humanas.

Orientadora: Dra. Jamira Lopes de Amorim

MOSSORÓ/RN

2023

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Orlando Teixeira (BCOT)
Setor de Informação e Referência (SIR)

MS586 d Mendes Silva, Jeciane. DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: um estudo com mulheres camponesas do P.A Favela em Mossoró/RN / Jeciane Mendes Silva. - 2023.
30 f. : il. Orientador: Profa. Dra. Jamira Lopes de Amorim.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo, 2023.
1. Acesso. 2. Ensino. 3. Superior. 4. Mulheres. 5. Permanência. I. Lopes de Amorim, Profa. Dra. Jamira , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a). Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva CRB: 15/120

JECIANE MENDES SILVA

DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: um estudo com mulheres camponesas do P.A Favela em Mossoró/RN

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo – Área de Habilitação: Ciências Humanas.

Defendida em: 13/ 10 /2023

BANCA EXAMINADORA

Jamira Lopes de Amorim, Profa. Dra. (UFERSA)
Presidente

Sara Cristina dos Santos Freires, Profa. Ms. (UFERSA)
Membro Examinador

Sandra Maria Gadelha de Carvalho, Profa. Dra. (UECE)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que colocou pessoas maravilhosas em meu caminho para que cada uma delas fizessem parte de toda minha trajetória, desde minha inscrição no processo seletivo do curso da LEDOC, dentre outros aspectos de ajudas que precisei e que jamais esquecerei.

Agradeço à minha mãe Maria Lucivanda da Silva Mendes que nunca mediu esforços para que eu pudesse continuar sendo um pilar em minha vida até hoje, e não tenho palavras para descrevê-la o quanto tem sido fundamental em todo esse processo na universidade.

Agradeço ao meu pai José Mendes Silva que também é parte dessa história, não poderei deixar de fora meu esposo José Alcivan que com paciência sempre me deu forças para continuar a caminhada.

Agradeço à orientadora, Jamira Lopes, não tenho nem palavras para esse agradecimento a essa pessoa que foi extraordinária comigo, não me deixou desistir em nenhum momento, sou grata à minha orientadora, que no meu primeiro convite já aceitou de imediato me orientar, obrigada por não ter me deixado desistir.

Agradeço aos meus Amigos e aos demais que fizeram parte dessa minha trajetória e conquista, Luana Clementina, Maurilio Carneiro, Zoelma Linhares, Elizenir Belo, Ana Kaline, Maria José, Auxiliadora Lisboa e ao meu querido professor Emerson Medeiros que me deixou uma frase que nunca vou esquecer “não desista quero te ver na final”. Agradeço, por fim, à Banca Examinadora que aceitou avaliar e contribuir com o meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise acerca do acesso ao transporte para o deslocamento de mulheres agricultoras estudantes universitárias que residem na comunidade Projeto de Assentamento Favela, zona rural de Mossoró-RN. Para atingir este objetivo, selecionamos 07 mulheres que já cursaram e/ou estão cursando o Ensino Superior em duas instituições de ensino. A amostra foi organizada em dois segmentos: 1) mulheres que já concluíram o curso e 2) mulheres que ainda estão cursando. A partir da amostra selecionada, foi possível fazer um comparativo entre as condições de acesso das mulheres que estudaram de 2006 a 2010 e mulheres que ingressaram em 2013 e concluíram ou ainda estão em fase de conclusão do curso. O estudo partiu de uma abordagem qualitativa, fizemos o uso de questionário e análise descritiva dos resultados obtidos. O recorte empírico nos deu possibilidade de observar que os desafios de acesso e permanência no Ensino Superior ainda são muito expressivos, caracterizando uma ausência de políticas mais eficazes nesse sentido. A partir dos resultados foi possível também refletir acerca das desigualdades de acesso e impacto destas no sucesso acadêmico, posto que mesmo chegando à Universidade, as condições de acesso das mulheres investigadas são desiguais e precarizadas.

Palavras-chave: acesso; ensino superior; mulheres; permanência.

ABSTRACT

The present work aims to develop an analysis of access to transport for the movement of female farmers who are university students who live in the Projeto de Assentamento Favela community, rural area of Mossoró-RN. To achieve this objective, we selected 07 women who have already studied and/or are studying Higher Education at two educational institutions. The sample was organized into two segments: 1) women who have already completed the course and 2) women who are still taking the course. From the selected sample, it was possible to make a comparison between the access conditions of women who studied from 2006 to 2010 and women who entered in 2013 and completed or are still in the process of completing the course. The study started from a qualitative approach, we used a questionnaire and analyzed the results obtained. The empirical approach gave us the opportunity to observe that the challenges of access and retention in Higher Education are still very significant, characterizing a lack of more effective policies in this regard. Based on the results, it was also possible to reflect on inequalities in access and their impact on academic success, given that even when they arrive at the University, the access conditions of the women investigated are unequal and precarious.

Keywords: access; higher education; women; permanence.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO: TRAJETÓRIA AUTOBIOGRÁFICA E ASPECTOS DA PESQUISA.....	11
2.1. Panorama sobre a presença das mulheres no ensino superior.....	15
2.2. Dificuldades de acesso das mulheres camponesas ao ensino superior.....	20
2.2.1 História da comunidade projeto de assentamento favela – P.A favela.....	21
3. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	30

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o número de mulheres por matrícula no Ensino Superior é maior do que o número de homens. Os dados do Censo da Educação Superior de 2020 revelam que 63,1% das matrículas de cursos de licenciatura estão nas universidades e deste total de alunos matriculados 72,8% é de mulheres. As mulheres estão mais presentes nas áreas de Educação, Saúde, Ciências Sociais, Comunicação e Informação. Os dados também revelam que as mulheres têm uma taxa de conclusão melhor que a dos homens, sendo de 43% contra 35%. Assim também a taxa de desistência do curso de ingresso é menor quando se trata das mulheres. Quando se trata da pós-graduação os dados da Capes, referentes a 2021, também indicam que as mulheres são maioria na pós-graduação *stricto sensu*, chegando a 54%.

Ao mesmo tempo em que as mulheres são maioria em número de matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação, os dados indicam que elas são minoria na docência do Ensino Superior, ao tempo em que são quase a totalidade na docência da Educação Infantil, chegando a 97,2% quando se trata das creches e 94,2% na pré-escola. É possível perceber que há uma concentração quase total de mulheres na docência dos anos iniciais, bem como também são maioria no âmbito da gestão escolar¹.

Embora esses dados sejam importantes porque revelam uma inserção das mulheres no ensino superior, é necessário destacar de acordo com Venturini (2017, p.1) que a “inserção das mulheres em posições de prestígio e alto poder decisório e a concessão de bolsas de produtividade em pesquisa também permanece desigual”. Nesse sentido, a autora destaca que “os indicadores também mostram que a inclusão na educação superior também não abrangeu de forma proporcional todos os grupos que compõem a população brasileira, especialmente os pretos e pardos” (Venturini, 2017, p.1).

A partir desses dados e dos materiais que coletamos no percurso da pesquisa, decidimos verificar quais os principais desafios para o ingresso e a permanência de mulheres camponesas no Ensino Superior, tomando como sujeitos da pesquisa as mulheres do Projeto de Assentamento Favela que iniciaram a jornada no Ensino Superior há um tempo. Desta forma, selecionamos dois grupos: **o grupo 1** - formado por mulheres da comunidade que já concluíram o curso superior no Programa Pedagogia da Terra e **o grupo 2** formado por

¹ Os dados podem ser conferidos aqui: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basil>

mulheres que estão em formação na LEDOC de Mossoró/RN. Assim, o grupo 1 é composto por 2 mulheres que iniciaram a graduação no ano de 2006 e concluíram em 2010. O grupo 2 é composto por 4 mulheres que ainda estão cursando a graduação e 1 que já concluiu o curso. Ao todo, são 07 participantes. A escolha por essas mulheres como sujeitos na pesquisa se fez tendo como referência estarem cursando ou terem cursado uma graduação ligada à realidade do campo. Separamos em dois grupos apenas para diferenciar que as mulheres que cursaram o Pedagogia da Terra (grupo 1) não fizeram o curso na UFERSA e sim na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Partimos do pressuposto de que todas elas enfrentaram/enfrentam problemas de acesso ao transporte, tendo em vista que somos da comunidade e vivemos na pele a falta de transporte gratuito para o deslocamento. Sou residente na citada comunidade, dentre os aspectos que venho observando o deslocamento da comunidade até à universidade se mostra como um dos grandes dificultadores, e tenho observado em conversas com colegas das comunidades vizinhas que o problema enfrentado por elas é o mesmo: a falta de transporte.

Um estudo desenvolvido por Silva e Lopes (2023) verificou que, dentre as limitações para ingressar e permanecer em um curso superior, as mulheres camponesas destacaram os seguintes aspectos: não permissão dos maridos, maternidade, trabalho formal, dificuldades financeiras, distância das localidades onde moram para o *campus* universitário, ausência de alojamento e local para deixar os filhos em idade não escolar, reduzida oferta de bolsas de auxílio e preconceito de estudantes de outros cursos. O referido estudo foi desenvolvido com mulheres camponesas de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, no *campus* de Senador Helvídio Nunes de Barros no Piauí.

No caso de nosso estudo, este foi desenvolvido com mulheres camponesas do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC) e mulheres camponesas já graduadas pelo curso Pedagogia da Terra, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). O trabalho está organizado em três sessões, da seguinte forma: na primeira sessão, apresentamos nossa relação com o objeto de estudo e um breve panorama sobre a presença das mulheres no Ensino Superior; na segunda sessão, apresentamos a história da comunidade pesquisa – que é o “Projeto de Assentamento Favela” e algumas reflexões acerca das dificuldades de acesso ao Ensino Superior por parte das mulheres do campo. Na terceira e última sessão, apresentamos o percurso metodológico, fazemos a descrição dos dados e apresentamos as análises.

2. RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO: TRAJETÓRIA AUTOBIOGRÁFICA E ASPECTOS DA PESQUISA

Sou mulher agricultora, estudante do curso da LEDOC/UFERSA, e filha de Assentados, sempre tive a vontade em estudar, mas ao longo de um tempo precisei parar os estudos por conta de ter sido mãe aos 16 anos. Casei ainda muito jovem e não tive como continuar meus estudos, mas o desejo de concluir a trajetória formativa foi sempre mais forte.

Desta forma, concluí o Ensino Médio na Cidade de Serra do Mel /RN no ano de 2009 - nessa época, eu me deslocava à tarde para ir à escola e chegava às 22:00 horas em casa. No ano de conclusão do meu Ensino Médio eu estava grávida da minha última filha e mesmo assim era necessário me deslocar da minha comunidade P.A Favela Zona Rural de Mossoró/RN. Posso afirmar que não foi fácil concluir toda etapa do Ensino Básico, enfrentei muitos desafios para poder concluir, mas persisti e consegui.

No ano de 2013, quatro anos após o término do Ensino Médio, me inscrevi no processo seletivo da Licenciatura Interdisciplinar Em Educação do Campo (LEDOC) no *campus* de Mossoró. Para me inscrever enfrentei obstáculos, mas consegui com ajuda de algumas pessoas. Desta maneira consegui entrar e ser aprovada no processo seletivo. O ingresso no Ensino Superior me trouxe muitas incertezas, medo, estava eu enfrentando algo desconhecido totalmente diferente do que via no meu dia a dia. Nessa época, eu pagava transporte para chegar à Universidade, era preciso enfrentar o perigo nas estradas carroçáveis, pois eu não conseguia caronas.

Diferentemente do Ensino Médio, a dificuldade era não saber em que me deslocar para a UFERSA-Universidade Federal Rural do Semi-Árido na cidade de Mossoró /RN. Confesso que foram dias de choro, vontade de desistir, angústia, desespero, havia dias em que eu sentia como se me faltasse chão, o desespero batia e eu falava para mim mesma nunca mais voltaria ali. Chegar à reta final do curso, com muito atraso foi um grande exercício de persistência e resiliência, pois as condições materiais foram desfavoráveis desde sempre.

Além da dificuldade do transporte, enfrentei também o problema várias vezes de não ter computador para fazer minhas atividades e isso também me impactou emocionalmente,

comecei a observar que o problema para que eu permanecesse no Ensino Superior não era relacionado aos meus filhos, nem meus pais, nem mesmo tinha a ver com meu esposo, mas sim a falta de política pública específica no que diz respeito à garantia do transporte para nós mulheres camponesas residentes em comunidades rurais.

A partir da minha realidade, comecei a despertar o interesse em pesquisar o porquê que esses direitos - que considero básicos - ainda não eram plenamente garantidos, de forma que as dificuldades de acesso parecem constituir um problema crônico para os sujeitos do campo. Além disso, passei a me interessar em buscar entender quais são os impactos dessa ausência de estrutura na trajetória acadêmica - especialmente das mulheres. No meu caso específico não enfrentei diretamente dificuldades no âmbito familiar ou conjugal, mas quando iniciei o percurso de pesquisa, verifiquei que muitos trabalhos versam sobre desafios múltiplos enfrentados pelas mulheres - desafios que se relacionam com questões de gênero.

A falta de transporte para chegar à universidade foi um dos principais problemas que me trouxe prejuízos e me atrasou no andamento do curso, impedindo que eu concluísse a graduação no tempo adequado, estou no período atual bastante atrasada em decorrência das dificuldades de acesso. Se este fosse um direito assegurado, eu teria, provavelmente, me formado há três anos. O resultado desse contexto foi que me prejudiquei, atrasei o curso e mais uma vez estou tentando concluir essa etapa formativa, estou perto de concluir e jamais me esquecerei o motivo que me causou todo esse atraso, mas não desistirei e chegarei na reta final porque ouvi de um dos professores do curso algo que me motivou e me deu confiança para não desistir, alguns colegas de sala também me aconselharam a não desistir, minha maior inspiração foi uma crítica de um conhecido meu quando ele disse “*você tá na faculdade? Não vai durar um ano*” isso me entristeceu, mas por outro lado me deu força para lutar pelo meu sonho.

Feitas essas considerações, traçamos uma pergunta geradora (nosso problema de pesquisa) que servirá para nortear a pesquisa, sendo: **quais os desafios enfrentados pelas camponesas para acessar e permanecer no ensino superior?** A partir desta pergunta, outras perguntas surgiram, tais como: quais os impactos da desigualdade de acesso pleno na qualidade da aprendizagem? Quais as repercussões emocionais e de autoestima das mulheres camponesas frente às dificuldades de permanecer na universidade? Embora não seja possível responder a todas essas perguntas, elas nos servirão de balizas para delinear a nossa investigação.

Temos a impressão de que os prejuízos do acesso adequado, somados a outros fatores como dificuldades econômicas, questões do patriarcado, estigmas, interferem negativamente no processo de aprendizagem e na autoestima de estudantes mulheres oriundas do campo. Fazemos esse enfoque específico por entender que, historicamente, essas populações carregam desvantagens frente às populações urbanas. Uma pesquisa desenvolvida por Lopes, Xavier e Silva (2020) em um estudo comparativo sobre rendimento escolar de alunos de escolas urbanas e rurais constatou que “os registros escolares apontaram que os alunos que residem em área rural possuem um menor rendimento escolar em comparação com aqueles que moram na área urbana”. Embora a pesquisa tenha sido com alunos de 6º ano de escolas públicas, é possível inferir que as desvantagens acompanham esses estudantes em toda a sua trajetória de formação.

O estudante do campo, precisa arcar com um grau de sacrifício maior do que um estudante que mora ao lado da escola na cidade. Longas horas de deslocamento, falta de recursos econômicos, além de uma trajetória familiar de baixo capital econômico e cultural aparecem manifestadas nas dificuldades não apenas cognitivas, mas também nos prejuízos diversos de socialização. Um estudo desenvolvido por Fonseca (2021, p.) verificou que a evasão no Ensino Superior “geralmente não ocorre pela livre escolha do sujeito estudante, mas ao contrário disso, ocorre por um rompimento progressivo com as condições acadêmicas e sociais de continuidade dos seus estudos”.

O cenário de dificuldades em relação ao transporte escolar não é o único limitador do acesso e permanência de estudantes do campo em relação à escola e à universidade. Há além disto, uma desigualdade de performance e rendimento escolar. Um estudo comparativo feito com 88 alunos de uma escola pública do Piauí no ano de 2020, dos quais 71 alunos eram residentes em comunidades rurais e 17 residentes em área urbana, mostrou que os alunos de área urbana tiveram melhor rendimento escolar que os demais. Os alunos da área rural além de terem ficado, ao menos uma vez de recuperação, também foram os que ficaram em maior proporção no número de reprovações.

Dentre os fatores que podem ser os ocasionadores dessas desigualdades, os pesquisadores verificaram aspectos sociais e escolares. Desta forma, destacamos alguns fatores que consideramos relevantes de trazer aqui em nosso trabalho. Do ponto de vista dos fatores sociais que estão associados ao baixo rendimento escolar de alunos do campo, Lopes, Xavier e Silva (2020) destacam o seguinte: baixa escolaridade dos pais, baixo nível

econômico – a maioria das famílias rurais recebe menos do que um salário-mínimo, número alto de pessoas residindo no mesmo domicílio, chegando até 5 pessoas numa casa – nas áreas urbanas é menor o número de residentes por domicílio. A baixa escolaridade dos pais interfere na possibilidade do apoio para realizar as tarefas. Os alunos de áreas urbanas recebem mais apoio dos pais para desenvolverem atividades escolares.

Em relação aos aspectos escolares, Lopes, Xavier e Silva (2020) destacam o seguinte: no nível do aluno os autores destacam que a maioria dos estudantes de escolas rurais passou por salas multisseriadas, os alunos de áreas rurais, em sua maioria, utilizam transporte escolar – o que os obriga a um deslocamento que pode variar de 20 minutos a 1 hora ou mais. No âmbito do espaço escolar, os autores destacam superlotação de turmas, salas sujas e desconfortáveis, indisciplina, dentre outros fatores ambientais. Os alunos do campo que chegam à universidade são oriundos desses contextos, as dificuldades de rendimento escolar os acompanham de forma que não apenas a dificuldade de transporte para deslocamento constitui o “mal-estar” para esses discentes. Os sociólogos Pierre Bourdieu e Patrick Champagne ao estudarem as desigualdades entre alunos no contexto francês entre os anos de 1970 e 1990, observaram que:

Por um lado, as escolas precárias se multiplicaram apressadamente nos subúrbios cada vez mais pobres, para acolher cada vez mais alunos, cada vez menos preparados culturalmente...do outro, os colégios selecionados, onde alunos das famílias mais abastadas podem ter uma vida escolar bastante parecida com aquela de seus pais e avós (Bourdieu & Champagne, 2001, p.481).

Os autores colocam em perspectiva crítica o que chamam de uma certa ilusão da democratização, pois o ingresso dos excluídos no sistema educacional, por si só não é suficiente para que eles obtenham sucesso, bem como não é apenas o acesso que confere a esses sujeitos acesso a posições sociais que historicamente são ocupadas pelos filhos da elite. Os autores buscam evidenciar que mesmo no processo progressivo de uma “inclusão”, os sujeitos oriundos de realidades precarizadas são “excluídos potenciais” pois vivem as “contradições e os conflitos associados a uma escolaridade sem outra finalidade que ela mesma” (Bourdieu & Champagne, 2001, p.482-4830).

Vale destacar, ainda com base na pesquisa de Lopes, Xavier e Silva (2020) que algumas escolas, mesmo classificadas como urbanas, recebem uma clientela de alunos majoritariamente de comunidades rurais. Nesse sentido, é possível pensar que a escola sendo

entendida como urbana e recebendo maior parte de alunos do campo, tende a reproduzir o modelo urbano. Falta ainda ampliar o entendimento sobre a educação do campo e sobre as normativas da mesma, como é o caso do Decreto Nº 7.352 de 4 de novembro de 2019 que dispõe, em seu parágrafo 1º, inciso II - o seguinte: “escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”.

A partir do nosso estudo, buscamos contribuir com as discussões em torno dessa realidade, tendo em vista que não é possível, tal como afirma Fonseca (2021) idealizar um contexto acadêmico imune à evasão, por exemplo, mas é possível desenvolver estratégias para diminuir os prejuízos de socialização dos sujeitos estudantes. Embora nosso objeto principal não seja a evasão, pudemos observar que dentre os enfrentamentos que as mulheres do campo vivem está a dificuldade de concluir satisfatoriamente o seu curso superior.

Assim, delimitamos os objetivos desta pesquisa da seguinte forma:

OBJETIVO GERAL:

- ❖ Identificar os desafios de acesso e permanência de mulheres camponesas do P.A Favela no curso de Pedagogia da Terra e na LEDOC/UFERSA.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ❖ Mapear o número de camponesas do P.A Favela que ingressaram na Pedagogia da Terra e LEDOC.
- ❖ Analisar os desafios das camponesas do P.A para a conclusão da graduação.

2.1. Panorama sobre a presença das mulheres no ensino superior

Não é possível falar sobre o acesso de mulheres no Ensino Superior, fazendo um enfoque específico sobre as mulheres camponesas, sem antes não fazer uma rápida retrospectiva sobre o acesso das mulheres à educação no Brasil. Historicamente, as mulheres acessaram os bancos escolares de forma tardia – em comparação aos homens - tendo somente alcançado o pleno acesso ao longo do século XX.

Este tópico é fruto de um imenso esforço de nossa parte para colocar de forma acadêmica e minimamente organizada dados e reflexões que são disponibilizadas em materiais muitos diversos e com variáveis de análise também muito diversas. Ou seja, diferentes estudos sobre o acesso de mulheres ao Ensino Superior estão disponíveis para o público, contudo esses estudos são bastantes díspares e problemática que envolve o acesso das mulheres à educação, de forma geral, é muito heterogênea e envolve múltiplos dados, por exemplo: cor, idade, ocupação, origem social, número de filhos, dentre outros.

Nesse sentido, iniciamos com um estudo desenvolvido no *Cadernos do GEA* que é um Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior e foi produzido no ano de 2014. O estudo utilizou como fontes para a análise do tema três grandes bancos de dados oficiais. São eles: Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), Questionário Socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De acordo com Barreto (2014, p.5) o objetivo do estudo foi:

Atualizar o panorama da participação feminina no ensino superior e observar a representatividade das mulheres na universidade, seja em sala de aula, como estudante ou docente, seja na infraestrutura institucional, ou ainda nas atividades de investigação e pesquisa.

Barreto (2014) inicia destacando que a formulação de políticas públicas específicas para a inclusão e valorização da mulher tem seu marco temporal a partir dos anos de 1980. Apesar das lutas por igualdade decorrentes, por exemplo, dos estudos de gênero, a autora observa que a ordem social continua marcada pelas desigualdades. Nesses termos, Barreto (2014, p. 9 -10) destaca “uma divisão sexual de tarefas em que, para determinadas carreiras e funções são valorizadas características atribuídas aos homens e à masculinidade e, para outras, características atribuídas às mulheres e ao feminino”.

Em nosso entendimento, esses aspectos configuram, em certa medida, o cenário do ensino superior brasileiro em que a divisão numérica por cursos de graduação também espelha uma certa divisão sexual de tarefas. De tal modo, os dados que abrem o nosso trabalho logo na Introdução expressam exatamente uma superioridade do número de

mulheres em áreas ligadas ao cuidado, educação e informação. Nessa mesma linha de raciocínio, Venturini (2017, p.1) destaca que:

Por muitos anos a educação superior foi considerada um privilégio masculino e a presença das mulheres nas universidades brasileiras era bastante reduzida. Tal situação apenas começa a se alterar na década de 1970, com o início de questionamentos a respeito da posição social e econômica da mulher e o maior acesso do contingente feminino nas universidades.

Dados apresentados em um Relatório de Monitoramento Global da OCDE (2020, p.51) indicam que:

As mulheres são sub-representadas entre o corpo docente e entre os tomadores de decisões no ensino superior em muitos países. Embora isso seja reflexo de um histórico de acesso limitado à educação pelas mulheres, também pode muitas vezes ser sinal de culturas institucionais que não são inclusivas e nem voltadas para mudanças sociais e culturais mais amplas em prol da igualdade de gênero.

O documento destaca ainda que:

No Brasil, não se instalou política, programa, ou medida específica alguma para aumentar a parcela de mulheres na educação desde 1995, já que as mulheres já são maioria em todos os níveis menos na educação terciária. A parcela de mulheres entre professores universitários aumentou de 41% em 1999 para 46% em 2018 (OCDE, 2020, p.52).

Quando os autores se referem à “educação terciária” estão se referindo ao ensino superior. No Relatório, destaca-se que diferentes países vêm desenvolvendo estratégias para equilibrar as questões de gênero, observando que as mulheres continuam ocupando áreas que são, historicamente, vistas como femininas. De acordo com o documento:

A feminização da força de trabalho professoral baseia-se nas expectativas tradicionais quanto aos papéis das mulheres na sociedade. O ensino é considerado um trabalho feminino, que permite às mulheres cumprir suas obrigações como esposas e mães. Os ambientes familiares influenciam fortemente a educação e as escolhas profissionais das mulheres. Os homens não querem se tornar professores porque a profissão é vista como tipicamente feminina, mal paga e de baixo prestígio.

No que se refere ao ingresso das mulheres camponesas no ensino superior, Silva e Lopes (2023, p.4) destacam que:

Historicamente, os direitos das mulheres não foram garantidos pelo reconhecimento delas como cidadãs e partícipes ativas de uma sociedade. Muito pelo contrário, com o avanço do sistema capitalista no mundo, as opressões mantenedoras desse sistema foram enraizadas e fortalecidas, como o patriarcado, e cada direito garantido às mulheres se deu através de grandes lutas.

As autoras, citando Delphy (2009, p.10) compreendem que o patriarcado está na base das desigualdades entre homens e mulheres e destacam que:

Ele é, assim, quase um sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres. Em suma, o patriarcado pode ser entendido como a divisão social, de trabalho e família, na qual homens são superiores e mulheres, além de inferiores, devem ser submissas.

O estudo de Silva e Lopes (2023) buscou identificar quais os principais desafios de mulheres camponesas² para acessar e permanecer no ensino superior e constataram a partir da aplicação de questionários e entrevistas que as limitações principais são: não permissão dos maridos, maternidade, trabalho formal, dificuldades financeiras, distância das localidades onde moram do *campus* universitário, ausência de alojamento e local para deixar os filhos em idade não escolar, reduzida oferta de bolsas de auxílio e preconceito de estudantes de outros cursos.

Nessa direção, vale salientar o pensamento de Barreto (2014) quando explicita que o ensino superior brasileiro é majoritariamente privado, constituído por 87% de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Além disto, os dados do MEC do ano de 2013, conforme enuncia a autora, revelam que a maior parte dos estudantes de ensino superior são trabalhadores e se dedicam integral ou parcialmente a atividades laborais durante o dia. No que tange a presença das mulheres em número bem mais alto no Ensino Superior, Barreto (2014, p.12) observa que “este desequilíbrio na presença de homens e mulheres na educação, notadamente na educação superior, também pode encontrar fundamento na situação de vulnerabilidade de jovens e adolescentes do sexo masculino, em especial de jovens e adolescentes negros”.

² Estudo realizado com mulheres camponesas da Licenciatura em Educação do Campo do Piauí.

Em relação à inserção das mulheres no Ensino Superior, de acordo com Beltrão e Alves (2009) a busca por reduzir o baixo acesso das mulheres à educação foi o objeto da IV Conferência da mulher (1995), do Fórum Mundial de Educação no ano 2000 e da Cúpula do milênio, também no ano 2000. Os autores destacam que foi somente ao longo do século XX que as mulheres conseguiram diminuir lacunas e o déficit de acesso aos diferentes níveis de educação no contexto brasileiro. O referido estudo nos ajuda a visualizar a lacuna de acesso e o processo de reversão ao longo do espaço -tempo de 1960 a 2000. Para os autores,

Na maior parte do século XX, o hiato de gênero na educação brasileira ocorreu porque as taxas de alfabetização e os demais níveis de educação dos homens eram superiores aos das mulheres. Segundo as abordagens de gênero, as diferenças nos níveis educacionais não decorrem de características biológicas, mas sim das condições históricas e estruturais da conformação de cada sociedade (Beltrão & Alves, 2009, p.126).

As dificuldades de acesso das mulheres à educação constitui e ainda constitui uma realidade em quase todos os países do mundo, conforme enunciam os autores supracitados. No caso brasileiro, Beltrão e Alves (2009) destacam que esse problema persistiu por cerca de 450 anos, e o acesso de forma menos desigual para as mulheres foi uma conquista apenas no século XX. De acordo com o Relatório OCDE (2020) que já mencionamos aqui, um fator que interfere na trajetória escolar de meninas e mulheres é o enlace matrimonial em idade ainda muito jovem. De acordo com o documento, o percentual de mulheres entre 20 e 24 anos que contraiu matrimônio antes de completar 18 anos diminuiu de 25% em 1995 para 20% no período de 2013 a 2019.

Segundo o Relatório, esse também é um fator que interfere na trajetória escolar de meninas e mulheres, pois há a prevalência da gravidez precoce nos matrimônios nessa faixa etária (casamento antes dos 18 anos). Alguns países como a Argentina, por exemplo, adotam um enfoque holístico para a redução das taxas de gravidez em meninas e mulheres nessa idade.

Na perspectiva do Relatório, a prevalência da gravidez precoce pode estar associada à falta de acesso à educação sobre saúde sexual e reprodutiva. Neste documento, destaca-se que as leis ainda são ambíguas quanto à obrigatoriedade de as escolas tratarem sobre a sexualidade de forma integral. Nesses termos, seria conveniente, de acordo com o Relatório, orientações claras quanto a educação sobre sexualidade. No Reino Unido, por exemplo, a partir de 2019 tornou-se obrigatória a educação sobre a sexualidade em todas as escolas

secundárias. Foram publicados manuais para ajudar as escolas a informarem os pais e trabalhar com eles para superar a resistência sobre esse tipo de educação.

Programas americanos de Assessoramento e orientação integral buscam colaborar para equilibrar o desempenho escolar de meninas em relação ao dos meninos em áreas como matemática, pois o número de meninas nessa área e em outras como engenharia ainda é baixo quando comparado com o número de meninos. O que chama a atenção é que o Relatório destaca que as meninas são menos autoconfiantes do que os meninos quando se trata do pensamento científico. Os autores acreditam que este fato pode estar ligado à baixa autoestima e ao medo de falhar. Nesse sentido, o documento, citando Carlana (2019, p.10) descreve que:

As atitudes dos professores afetam as conquistas dos alunos, mesmo quando não são explícitas. Na Itália, meninas que tinham aulas com professores com posturas implícitas quanto a gênero tiveram menor desempenho em matemática e escolheram escolas secundárias menos exigentes, seguindo as recomendações dos professores.

Como é possível observar, são ainda muito diversos os desafios para a inserção plena e equânime das mulheres no ensino superior, bem como é possível também apreender que esses desafios se dão desde a base, ou seja, toda a trajetória escolas de meninas e mulheres é atravessada por desafios. A seguir fazemos um rápido recorte sobre as condições de acesso das mulheres camponesas ao ensino superior.

2.2. Dificuldades de acesso das mulheres camponesas ao ensino superior

A partir da nossa própria experiência é possível afirmar que um dos primeiros desafios para que a mulher do campo chegue à universidade é a falta de transporte. Além disto, outro aspecto que torna esses desafios maiores 'é a dificuldade de acessar plenamente as políticas públicas instituídas com o objetivo de garantir a permanência universidade. O estudo de Pereira e Nunes (2018) busca refletir sobre a inserção de mulheres no espaço universitário, observando qual o papel das políticas de assistência estudantil para garantir a efetiva permanência das mulheres nesse espaço.

Para os autores é necessário ampliar o debate sobre os dilemas vividos pelas mulheres universitárias em relação a sua inserção e permanência no Ensino Superior. Pereira e Nunes (2018) argumentam que, embora a presença do público feminino seja maior nesse nível de ensino quando comparada com as condições para o público masculino é necessário levar em consideração as desigualdades no que se refere ao gênero, raça/etnia e a condição social.

Os autores destacam que os anos 2000 são um marco no processo de expansão do acesso ao Ensino superior no Brasil e em diferentes países. Paralelo a expansão do acesso, alguns autores têm verificado também um processo de privatização tal como observa Amorim (2019). Nesse sentido, nossa discussão sobre acesso e permanência das mulheres no Ensino Superior não alcança a totalidade de como esse público vivencia esse processo, tendo em vista que as políticas de assistência a que nos referimos aqui dizem respeito apenas aquelas instituídas em universidades públicas e federais, não sendo possível verificar como se dá no âmbito das universidades estaduais, nem nas universidades privadas.

O plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi constituído em 2007 e começou a ser executado em 2008 para cursos presenciais de instituições federais. Dentre as garantias previstas pelo Plano estão a moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico.

2.2.1 História da comunidade projeto de assentamento favela – P.A favela

A ocupação do Projeto de Assentamento Favela teve seu início em 15 de março de 1987. A participação das mulheres foi fundamental no processo de luta ,nossa comunidade é parte de uma história de ocupação territorial onde houveram lutas de homens e mulheres agricultores e agricultoras lutando por seus direitos de ter seu lar digno, sua terra ,sua vida ,nossa comunidade ´sim fruto da luta do MST porque lutaram bravamente por esse sonho de vida e as mulheres ali estavam estão até hoje lutando e vencendo a cada dia mulheres fortes e guerreiras que não desistem e graças a toda essas mulheres que se engajaram na luta por suas terras temos hoje mulheres que conseguem estudar, e enfrentar os desafios que lhes aparecem e tem sido na universidade que despertei o amor e respeito pela minha comunidade ,é com conhecimento que algumas lutam bravamente por seus direitos ,nossa

comunidade e um pouco desconhecida mas estamos lutando para que seja conhecida e reconhecida porque muitas mulheres que nela residem nasceram ,cresceram e ainda vivem no campo.

O nome de origem da nossa comunidade P.A Favela (Projeto de Assentamento Favela) segundo relatos de fundadores do Assentamento esse nome “Favela” se deve ao fato de haver muitas plantas por nome de favela nessas terras, razão pela qual a comunidade recebeu esse nome “Projeto de Assentamento Favela. A nossa foi comunidade fundada no ano de 1987, conta no seu projeto 92 casas de assentados, um poço riquíssimo, alguns prédios de projetos que a comunidade recebeu totalmente estruturada que hoje estão deteriorados por falta de uma boa gestão. Na época, esses projetos vieram a falir totalmente, prédios como a casa de farinha, a casa da castanha, a casa das galinhas, das hortas e muitos outros projetos que não deram certo.

A nova gestão que é um grupo de mulheres agricultoras da comunidade que junto a nossa representante vai tentar reerguer alguns desses projetos e buscar melhorias para nossa comunidade, algumas dessas mulheres fazem parte de cooperativas e da agricultura familiar, muitos diriam impossível de ser feito nada mais dentro da comunidade porque viram tudo desandar ao longo dos anos, mas as mulheres estão na luta, se engajando, buscando conhecimento lá fora, e no meio delas tem algumas que cursaram ensino técnico e superior então passamos a entender que o conhecimento abre as portas, pois nossa comunidade sempre foi conhecida por nós mesmos como um lugarzinho de atraso porque ninguém havia despertado esse interesse, essa sede pelo conhecimento e mais uma vez não temos mais nossa comunidade entregue às traças, temos mulheres se preparando e se engajando em busca de trazer o melhor para todos e todas.

O Movimento Nacional por uma Educação do Campo, no final dos anos de 1990 foi imprescindível para a inclusão de mulheres camponesas no ensino superior. Nesse lastro, cabe destacar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como experiência piloto, desenvolvido inicialmente em 1998 foi precursor da Licenciatura em Educação do Campo – que nasceu inicialmente como Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) e depois tornou-se uma política instituída. (Falta falar sobre o Pedagogia da Terra e a Ledoc como possibilidade de formação para essas mulheres)

3. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória. Para verificar o acesso e permanência das mulheres camponesas no ensino superior, fizemos a aplicação de um questionário semi-estruturado (em anexo ao final do trabalho). A partir deste questionário, foi possível identificar o perfil etário, familiar, social e os desafios que as mulheres viveram ou estão vivendo para concluir seus estudos. Antes de adentrar nos dados coletados, vamos apresentar os resultados da busca por materiais sobre o tema em uma base de dados. Nossa primeira aproximação com o objeto de estudo foi por meio da busca em bases de dados, para verificar como vem sendo desenvolvida a discussão sobre os desafios do acesso e permanência das mulheres do campo no ensino superior. Optamos por esse caminho como forma de localizar referências para assim iniciar nossa pesquisa. Essa busca foi realizada a partir de dados, com a busca por meio de palavras-chaves.

- **Busca na base de dados *Scielo***

A partir de uma busca, por meio de palavras-chave, na Base de dados *Scielo* identificamos apenas dois trabalhos que tratam da temática pertinente ao acesso de mulheres camponesas ao ensino superior. As palavras utilizadas como motores de busca foram: **“camponesas no ensino superior”**, fizemos ainda outras buscas utilizando os seguintes descritores: **“mulheres agricultura universidade”** e **“LEDOC mulheres”**. Os resultados foram de dois trabalhos em que um não dialogava com a perspectiva da nossa pesquisa pois tratava da atuação das mulheres na agroecologia do semiárido na região Apodi/CE e outro já havia aparecido na busca anterior – sendo, portanto, um trabalho duplicado. Abaixo organizamos o resultado da busca em um Quadro:

Quadro I – Dados obtidos na pesquisa na base de dados SCIELO.

Base de dados <i>SCIELO</i>		
Título do artigo	Nome dos autores	Ano da publicação
Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso na Universidade Pública	Laura Jane Gisloti; Dalva Melo dos Santos; Cíntia Melo dos Santos; Sandra Procópio da Silva	2021

Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas	Wender Faleiro; Magno Nunes Farias	2017

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A Base de dados *Scielo - Scientific Electronic Library Online* é um programa especial da FAPESP “desenvolvido em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (Bireme) e apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)”. Esse programa, criado em 1997, foi pensado como um meio para aumentar a visibilidade e acesso da produção científica de pesquisadores brasileiros, sobretudo por se tratar de uma produção que não estava indexada em bases de dados internacionais. Assim, a *Scielo* é reconhecidamente uma base de dados confiável e bastante utilizada por pesquisadores brasileiros.

Percebemos, a partir da busca, que ainda são poucos os trabalhos que abordam diretamente os desafios das mulheres do campo em relação à educação superior. Os trabalhos que localizamos foram utilizados ao longo do texto em nossa fundamentação.

Para responder aos nossos objetivos da pesquisa, selecionamos dois grupos de mulheres residentes na comunidade e que cursaram ou ainda estão cursando o ensino superior. No caso, privilegiamos mulheres que se vincularam ao Pedagogia da Terra no período de 2006 a 2010 e as mulheres que estão cursando a LEDOC/UFERSA. No quadro abaixo descrevemos o quantitativo de mulheres. Vejamos:

Quadro II – Descrição das participantes da pesquisa.

GRUPO 1	CONVIDADAS P/ PESQUISA	ACEITARAM PARTICIPAR
Mulheres formadas pelo Pedagogia da Terra	03	02
GRUPO 2	CONVIDADAS P/ PESQUISA	ACEITARAM PARTICIPAR
Mulheres cursando a LEDOC	07	05

TOTAL	07 participantes
-------	------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No Grupo 1 - três mulheres fizeram o curso Pedagogia da Terra, apenas duas aceitaram participar da pesquisa. No grupo dois, sete mulheres foram convidadas a participarem da pesquisa, apenas cinco aceitaram. Organizamos um Quadro com as perguntas do Questionário e as respostas das mulheres investigadas. As identidades das mulheres foram preservadas. Vejamos:

Quadro III - Mulheres Estudantes do curso Pedagogia da Terra entre 2006 – 2010.

Identidade	Idade	Estado Civil	Nº filhos	Principal desafio
Mulher 01	34	Casada	02	Ausência de Transporte
Mulher 02	45	Divorciada	02	Ausência de Transporte

Fonte: produzido pela autora, 2023.

Quadro IV - Mulheres Estudantes do curso da LEDOC 2014 a 2022.

Identidade	Idade	Estado civil	N ° filhos	Principal desafio
Mulher 01	19	Solteira	0	Ausência de Transporte
Mulher 02	32	Casada	01	Ausência de Transporte
Mulher 03	28	Solteira	Grávida 08 meses	Ausência de Transporte
Mulher 04	31	Casada	03	Várias limitações
Mulher 05	38	Casada	0	Ausência de Transporte

Fonte: produzido pela autora, 2023.

É possível observar que, das 07 mulheres, apenas duas não são mães. As idades variam entre 19 e 45 anos. Neste quadro específico, as mulheres informam que seu maior

desafio para estar no ensino superior é a ausência de transporte. Apenas uma das mulheres informou “várias limitações”. Em relação ao fato de serem mães, é possível deduzir que, embora não mencionem ser este um fato limitador, a realidade das mulheres que estudam e têm filhos é bastante desafiadora.

Em relação ao transporte escolar, Santos (2021) explica que foram criados, a partir da década de 1990, três programas de transporte escolar no Brasil. São eles: Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), criado em 1994, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) de 2004 e Programa Caminho da Escola datado de 2007. Os referidos Programas são coordenados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Destes, apenas dois estão em funcionamento. O primeiro Programa, criado em 2004, foi extinto e substituído pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNA).

A autora destaca que, no âmbito do transporte escolar, muitas têm sido as discussões, pois o fechamento das escolas do campo tem gerado um processo de “nucleação” das escolas, ou seja, os alunos continuam precisando ir para escolas mais afastadas. Santos (2021) também observa que os estudos em torno da questão do transporte escolar ainda são poucos. É válido aproveitar o raciocínio da autora para reforçar que, de fato, estudos sobre essa temática são ainda muito escassos – esse foi um ponto dificultador para a nossa pesquisa, principalmente porque nosso foco de análise é o acesso no ensino superior – o que é ainda mais difícil de localizar pesquisas na área.

Santos (2021, p. 27) afirma que nos estudos que analisou para entender sobre a política de transporte escolar no Brasil tem-se constatado o seguinte:

A política de transporte escolar tem promovido mudanças no contexto sociocultural do campo. Uma vez deslocando os alunos das escolas dos espaços rurais até os espaços urbanos que por sua vez se concentra a escola núcleo com um currículo inerente às especificidades urbanas, o transporte escolar tem contribuído para o desenraizamento cultural das comunidades campesinas.

O estudo de Santos (2021, p.28) chama a atenção ao fato de que:

O transporte escolar, conforme destacado nas pesquisas, motivou a política de nucleação e, conseqüentemente, o fechamento de muitas escolas no meio rural no intento de reduzir os gastos públicos...os estudos também evidenciaram a necessidade de contenção do fechamento de escolas no campo.

A política nacional de transporte escolar, apesar de mencionar a possibilidade de os transportes serem cedidos para estudantes do ensino superior, tem como prioridade o atendimento a estudantes da Educação Básica. Nesse sentido, o financiamento do transporte para estudantes universitários fica distribuído para estados e municípios. Na prática, temos visto uma realidade bastante precarizada quando se trata da garantia do transporte para universitários. Neste ponto, identificamos em nossa pesquisa que há um Projeto de Lei tramitando e tem por finalidade garantir o transporte escolar para estudantes de baixa renda. Trata-se do PL 4.196/2019 proposto pelo Senador Jorge Kajuru do PSB de Goiás. O Projeto propõe, de acordo com as informações disponíveis na página do Governo Federal, a inserção do artigo 11 – A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96. Desta forma, o objetivo é deixar claro a disposição sobre a oferta de transporte escolar para pessoas de baixa renda no Ensino Superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo desenvolvido, foi possível identificar que, de fato, o acesso e permanência ao Ensino Superior, no caso das populações do campo ainda encontra velhos limites históricos. Além disto, foi possível também perceber que as políticas formuladas para o acesso e garantia do direito à educação por um lado vêm contribuindo para essa garantia, mas ao mesmo tempo precisam ser pensadas em seus aspectos mais específicos – como é o caso das populações do campo.

É possível também concluir que as mulheres, embora sejam maioria em quantidade nos cursos de ensino superior, ainda enfrentam questões estruturais que tornam precário o seu acesso a esse nível de ensino. A ausência de locais onde possam deixar os filhos em idade não escolar, a presença do público feminino em cursos de menor prestígio, enfrentamentos com a estrutura patriarcal, tripla jornada de trabalho, dentre outros, constituem a realidade da maioria das mulheres.

Com base nos estudos que consultamos foi também possível identificar que a trajetória escolar das mulheres é mais atravessada por questões de baixa autoestima, pouca confiança para áreas das ciências naturais – o que precisa ser analisado com bastante atenção pois o peso das cobranças sociais impostas às meninas desde muito cedo geram desafios que se materializam ao longo da vida e de todas as escolhas. O estudo também indicou que, as mulheres do campo têm as condições de acesso muito mais precárias em relação às mulheres que vivem em regiões próximas ao campus universitário. As políticas de permanência nas instituições de ensino superior precisam também ser melhoradas, tendo em vista que além do transporte outros fatores tornam a jornada de estudos da mulher do campo mais desafiadora. Muitas mulheres precisam se deslocar de localidades muito distantes para chegar à universidade, o que as obriga a passarem o dia na instituição, tal situação incide em dificuldades para descanso, alimentação adequada e pode repercutir no desempenho. Espera-se que com esse estudo possamos contribuir para a ampliação das discussões em torno desse tema, bem como que se possa desenvolver políticas e estratégias eficazes para a superação desse problema.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Jamira Lopes de. **Reconfigurações do campo universitário no Brasil e suas repercussões em uma instituição periférica - FAFIDAM/UECE**. 2019. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2019.

BARRETO, Andreia. A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. **Caderno do GEA**, n.6, jul./dez. 2014.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrik. Os excluídos do iterior; In: **A miséria do mundo**. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.43, n.3, p.833 – 846, jul./set.2017.

FONSECA, Franklandia Leite Moreira. **Evasão no Ensino Superior: a socialização acadêmica interrompida no mundo universitário da UFRN** [E-book]/ Franklandia Leite Moreira Fonseca, Adir Luiz Ferreira – Natal: Faculdade Metropolitana Norte Rio-Grandense, 2021.

LOPES, Suzana Gomes; XAVIER, Isabel Matilde de Carvalho; SILVA, Alexandre Leite dos Santos. Rendimento escolar: um estudo comparativo entre alunos da área urbana e da área rural em uma escola pública do Piauí. **Ensaio: aval. pol. Públ. Educ**, Rio de Janeiro, v.28, n;109, p.962 – 981, out.dez. 2020.

OCDE. Relatório de Monitoramento Global da Educação. Relatório de Gênero: a nova geração: 25 anos de esforços para a igualdade de gênero na educação. **UNESCO**. 2018.

PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; NUNES, Juraildes Barreira. **A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das universidades federais**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

SANTOS, Larissa Amaro dos. Transporte escolar e educação do campo no Brasil: um estudo do estado da arte das dissertações (BDTD) publicadas de 2009 – 2019. **Monografia** (Especialização em Educação e Políticas Públicas) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.

SILVA, Isabel Mariana Ferreira da; LOPES, Suzana Gomes. Mulheres camponesas e a quebra das cercas do latifúndio educacional: do campo ao ensino superior. **RBEC**. Tocantinópolis/Brasil, v.8, 2023

VENTURINI, Anna Carolina. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11&13 Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

Nome:

Idade:

Escolaridade do pai:

Escolaridade da mãe:

Quando concluiu o Ensino Médio:

Quando ingressou no Ensino Superior:

Houve algum desafio para ingressar no Ensino Superior?

Se sim, cite quais foram esses desafios

Por que você escolheu a Licenciatura em Educação do Campo?

Por que você escolheu Pedagogia da Terra?

Você concluiu a graduação?

Você atua na área que se formou?